



**RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE  
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

Março/2019

## **RELATÓRIO DE AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ENCERRADAS EM 31/12/2018**

**Aos**

**Administradores, Conselheiros e Acionistas da  
PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S/A - PROGUARU  
Guarulhos-São Paulo**

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da **PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S/A - PROGUARU**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do valor adicionado e do balanço social para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas, quando lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S/A - PROGUARU**, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis em consonância com a Lei 11.638/07 e alterações posteriores adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à **PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S/A - PROGUARU**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalvas sobre as demonstrações financeiras.

### **Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

As demonstrações financeiras acima referidas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a empresa com atividade normal, as quais pressupõem a realização dos ativos, bem como a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios. Desta forma, a continuidade normal da empresa, dependerá da capacidade de realização de seus ativos em valores suficientes para cobrir as obrigações circulantes e não circulantes. Os prejuízos acumulados até 31/12/2018 foi no montante de R\$ 255.076 mil que indicam a existência de incerteza relevante que pode suscitar dúvidas significativas quanto à capacidade de continuidade operacional da empresa. A cobertura do patrimônio líquido negativo em RS 211.776 mil dependerá da realização de ativos em valores superiores registrados contabilmente ou redução dos valores do passivo.

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15.1 a empresa, em 2019, conforme previsto no artigo 14-A da Lei Municipal nº7101/12, deverá integralizar ao Capital Social mais R\$ 17.907 mil, decorrente da transferência de imóveis utilizados atualmente pela PROGUAU como Centros Operacionais.

A política da empresa, visando a continuidade do plano de reequilíbrio econômico financeiro face ao Patrimônio Líquido negativo em R\$ 211.776 mil, a atual Diretoria conseguiu em 2018, com a aplicação das medidas previstas no plano de recuperação reduzir o prejuízo em 24,48% comparado ao exercício de 2017, conforme Nota Explicativa nº15.2. O Plano de Recuperação Econômico e Financeiro está apresentado na Nota Explicativa nº 01.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Balanço Social e não expressamos ou expressaremos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se essas outras informações estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Principais assuntos de auditoria**

Não existem outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

## **Outros assuntos de auditoria**

### **1. Demonstração do Valor Adicionado - DVA**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da administração da PROGUARU, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da PROGUARU. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

### **2. Auditoria do período anterior**

As demonstrações financeiras da **PROGUARU**, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foram por nós examinadas, que emitimos relatório datado de 29 de março de 2018 com opinião modificada sobre essas demonstrações financeiras referente a falta de evidência de auditoria apropriada e suficiente quanto a revisão do valor residual e da vida útil dos ativos, como também do teste de recuperabilidade.

## **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis aplicáveis em consonância com a Lei 11.638/07 e alterações posteriores adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessárias para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias e com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da empresa.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração da empresa.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a empresa a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Salvador, 29 de março de 2019.



**RAAC AUDITORES E CONSULTORES INDEPENDENTES**

C.R.C. - BA. nº 0636 Reg. CVM. nº 6.700 de 16/01/1997

ALICE SENA RIBEIRO BRANDÃO – Responsável Técnica

CONTADORA C.R.C. - BA. nº10.856 – CNAI nº 400 - C.P.F. nº 070.627.105-04



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - BA**

**CERTIDÃO DE REGULARIDADE PROFISSIONAL**

O **CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - BA** CERTIFICA que o profissional identificado no presente documento encontra-se em situação **REGULAR** neste Regional, apto ao exercício da atividade contábil nesta data, de acordo com as suas prerrogativas profissionais, conforme estabelecido no art. 25 e 26 do Decreto-Lei n.º 9.295/46.

Informamos que a presente certidão não quita nem invalida quaisquer débitos ou infrações que, posteriormente, venham a ser apurados contra o titular deste registro, bem como não atesta a regularidade dos trabalhos técnicos elaborados pelo profissional da Contabilidade.



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE BA**

Certidão n.º: BA/2019/00003425

Nome: ALICE SENA RIBEIRO BRANDAO CPF: 070.627.105-04

CRC/UF n.º BA-010856/O Categoria: CONTADOR

Validade: 27.06.2019

Finalidade: RELATÓRIO DE AUDITORIA

Confirme a existência deste documento na página [WWW.CRCBA.ORG.BR](http://WWW.CRCBA.ORG.BR), mediante número de controle a seguir:

CPF : **070.627.105-04** Controle : **8900.9841.1156.1469**



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO**

**COMPROVANTE DE COMUNICAÇÃO DO EXERCÍCIO  
PROFISSIONAL EM OUTRA JURISDIÇÃO**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SÃO PAULO  
certifica que o(a) profissional identificado no presente documento possui  
Comunicação do Exercício Profissional nesta jurisdição.

**IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO**

|                |                            |
|----------------|----------------------------|
| NOME.....:     | ALICE SENA RIBEIRO BRANDAO |
| REGISTRO.....: | BA-010856/O                |
| CATEGORIA...:  | CONTADOR                   |
| CPF.....:      | 070.627.105-04             |
| SITUAÇÃO.....: | ATIVO                      |

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código  
Penal Brasileiro, sujeito o(a) autor(a) à respectiva ação penal.

Emissão: SÃO PAULO, 29/03/2018 as 14:18:22

Código de Controle: 1242.2410.2503.0413

A aceitação deste comprovante está condicionada à verificação de sua  
autenticidade no site do Conselho Federal de Contabilidade, no endereço  
<http://www3.cfc.org.br/spw/secundario/>

---

# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIO 2018**

---

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS  
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017**

**ÍNDICE**

QUADRO 01 - Balanço Patrimonial

QUADRO 02 - Demonstração dos Resultados dos Exercícios

QUADRO 03 - Demonstração dos Resultados Abrangentes

QUADRO 04 - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

QUADRO 05 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Direto

QUADRO 06 - Demonstração dos Valores Adicionados

QUADRO 07 – Balanço Social

QUADRO 08 – Balanço Social

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



**PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S.A.**

**PROGUARU**

**Balancos patrimoniais**

**Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

**(Valores expressos em milhares de reais)**

| <b>Ativo</b>                  |                         |                |               | <b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>          |                         |                |               |
|-------------------------------|-------------------------|----------------|---------------|----------------------------------------------|-------------------------|----------------|---------------|
|                               | <b>Nota explicativa</b> | <b>2018</b>    | <b>2017</b>   |                                              | <b>Nota explicativa</b> | <b>2018</b>    | <b>2017</b>   |
| <b>Circulante</b>             |                         |                |               | <b>Circulante</b>                            |                         |                |               |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4                       | 315            | 3.587         | Fornecedores                                 | 10                      | 33.266         | 18.368        |
| Contas a receber              | 5                       | 20.948         | 23.258        | Obrigações sociais e trabalhistas            | 11                      | 37.169         | 28.698        |
| Obras e serviços a faturar    |                         | 5.785          | 1.185         | Obrigações tributárias                       | 12                      | 8.203          | 38.293        |
| Estoques                      |                         | 1.674          | 890           | Depósitos e cauções                          | 18                      |                | 39            |
| Outros créditos               | 6                       | 16.968         | 14.940        | Provisões para férias                        |                         | 12.648         | 11.370        |
|                               |                         | 45.690         | 43.860        | Outras obrigações                            |                         | 4.919          | 63            |
|                               |                         |                |               |                                              |                         | 96.223         | 96.831        |
| <b>Não Circulante</b>         |                         |                |               | <b>Não Circulante</b>                        |                         |                |               |
| Realizável a longo prazo      |                         |                |               | Obrigações sociais e trabalhistas            | 11                      | 135.534        | 133.506       |
| Terrenos                      | 7                       | 46             | 46            | Obrigações tributárias                       | 12                      | 38.289         | 2.150         |
| Contas a receber              | 5.1                     | 15.027         | 15.649        | Provisão para contingências                  | 13                      | 30.398         | 35.094        |
| Outros créditos               | 6.1                     | 2.843          | 2.470         | Receitas diferidas                           | 14                      | 11.574         | 11.708        |
|                               |                         |                |               |                                              |                         | 215.795        | 182.458       |
| Imobilizado                   | 8                       | 35.004         | 35.460        | <b>Patrimônio Líquido</b>                    |                         |                |               |
| Intangível                    | 9                       | 1.632          | 1.623         | Capital social                               | 15.1                    | 43.300         | 43.300        |
|                               |                         | 54.552         | 55.248        | Reserva de reavaliação                       |                         | -              | -             |
|                               |                         |                |               | Prejuízos acumulados                         | 15.2                    | (255.076)      | (223.481)     |
|                               |                         |                |               |                                              |                         | (211.776)      | (180.181)     |
| <b>Total do ativo</b>         |                         | <b>100.242</b> | <b>99.108</b> | <b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> |                         | <b>100.242</b> | <b>99.108</b> |

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Guarulhos-SP, 31 de dezembro de 2018

**Rafael Tatsui Inazawa**  
Contador - CRC-SP 163.996/O-2

**Alzira Leite**  
Diretor Administrativo Financeiro

**Francisco José Carone Garcia**  
Diretor Presidente

**PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S.A. - PROGUARU****Demonstrações de Resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Valores expressos em milhares de reais)**

|                                                  |    | <b>2018</b>       | <b>2017</b>       |
|--------------------------------------------------|----|-------------------|-------------------|
| <b>Receita operacional bruta</b>                 |    | 82.515            | 59.034            |
| Deduções da receita                              |    | (10.315)          | (7.961)           |
| <b>Receita operacional líquida</b>               | 16 | 72.200            | 51.073            |
| Custos de serviços prestados                     | 17 | (72.531)          | (63.905)          |
| <b>Lucro operacional bruto</b>                   |    | (331)             | (12.832)          |
| <b>Receitas (Despesas) operacionais:</b>         |    | (31.264)          | (29.003)          |
| Administrativas e gerais                         | 18 | (30.501)          | (22.181)          |
| Financeiras líquidas                             |    | (16.831)          | (19.956)          |
| Outras receitas (despesas)                       |    | 16.068            | 13.134            |
| Repasse do Fundo FPPG                            |    | 155.696           | 118.969           |
| Aplicações em Investimentos e Manutenções - FPPG |    | (155.696)         | (118.969)         |
| <b>Resultado antes do IRPJ e CSLL</b>            |    | (31.595)          | (41.835)          |
| Provisão para IRPJ/CSLL                          |    | -                 | -                 |
| <b>Prejuízo do exercício</b>                     |    | <b>(31.595)</b>   | <b>(41.835)</b>   |
| <b>Prejuízo por ação</b>                         |    | <b>R\$ (2,92)</b> | <b>R\$ (3,87)</b> |

**As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.**

Guarulhos-SP, 31 de dezembro de 2018

**Rafael Tatsui Inazawa**  
Contador - CRC-SP 163.996/O-2**Alzira Leite**  
Diretor Administrativo Financeiro**Francisco José Carone Garcia**  
Diretor Presidente

**PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S.A. - PROGUARU**

**Demonstrações de Resultados Abrangentes**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

|                                                       | <b>2018</b> | <b>2017</b> |
|-------------------------------------------------------|-------------|-------------|
| <b>Prejuízo do exercício</b>                          | (31.595)    | (41.835)    |
| <b>Outros resultados abrangentes</b>                  | -           | 11          |
| Variação de reserva de reavaliação                    | -           | 11          |
| Efeitos da correção de ajustes de políticas contábeis | -           | -           |
| <b>Resultado abrangente total do exercício</b>        | (31.595)    | (41.824)    |

**As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.**

Guarulhos-SP, 31 de dezembro de 2018

**Rafael Tatsui Inazawa**  
Contador - CRC-SP 163.996/O-2

**Alzira Leite**  
Diretor Administrativo Financeiro

**Francisco José Carone Garcia**  
Diretor Presidente

PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S.A. - PROGUARU

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais)

|                                                          | Capital Social | Reservas de Reavaliação | Lucros ou (Prejuízos) Acumulados | Total            |
|----------------------------------------------------------|----------------|-------------------------|----------------------------------|------------------|
| <b>Em 31 de dezembro de 2016</b>                         | <b>43.300</b>  | <b>11</b>               | <b>(181.663)</b>                 | <b>(138.352)</b> |
| Realização da Reserva de Reavaliação                     | -              | (17)                    | 17                               | -                |
| Impostos de Renda e Contribuição Social s/ a Reavaliação | -              | 6                       | -                                | 6                |
| Prejuízo do Exercício                                    | -              | -                       | (41.835)                         | (41.835)         |
| <b>Em 31 de dezembro de 2017</b>                         | <b>43.300</b>  | <b>-</b>                | <b>(223.481)</b>                 | <b>(180.181)</b> |
| Prejuízo do Exercício                                    | -              | -                       | (31.595)                         | (31.595)         |
| <b>Em 31 de dezembro de 2018</b>                         | <b>43.300</b>  | <b>-</b>                | <b>(255.076)</b>                 | <b>(211.776)</b> |

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

Guarulhos-SP, 31 de dezembro de 2018

**Rafael Tatsui Inazawa**  
Contador - CRC-SP 163.996/O-2

**Alzira Leite**  
Diretor Administrativo Financeiro

**Francisco José Carone Garcia**  
Diretor Presidente

**PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S.A.****PROGUARU****Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método direto****Em 31 de dezembro de 2018 e 2017****(Valores expressos em milhares de reais)**

|                                                                     | <b>2018</b>    | <b>2017</b>  |
|---------------------------------------------------------------------|----------------|--------------|
| <b>Fluxo de caixa das atividades operacionais:</b>                  |                |              |
| Recebimento proveniente das atividades operacionais                 | 234.936        | 181.566      |
| ( + ) Desbloqueio de penhoras e levantamento de depósitos judiciais | 268            | 193          |
| ( + ) Aplicações financeiras líquidas                               | (3.204)        | 2.626        |
| ( - ) Pagamentos efetuados a fornecedores                           | (65.535)       | (46.309)     |
| ( - ) Pagamentos efetuados a funcionários                           | (113.044)      | (95.601)     |
| ( - ) Recolhimentos efetuados ao governo                            | (51.542)       | (26.526)     |
| ( - ) Outros pagamentos                                             | (5.340)        | (13.307)     |
| <b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>                    | <b>(3.461)</b> | <b>2.642</b> |
| <b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>               |                |              |
| Aquisição de imobilizado                                            | 189            | 109          |
| Caixa líquido das atividades de investimento                        | 189            | 109          |
| <b>Aumento (Diminuição) líquido de caixa e equivalentes</b>         | <b>(3.272)</b> | <b>2.751</b> |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>         | <b>3.587</b>   | <b>836</b>   |
| <b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>          | <b>315</b>     | <b>3.587</b> |
| <b>Variação no Caixa</b>                                            | <b>(3.272)</b> | <b>2.751</b> |
| <b>As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.</b>   |                |              |

Guarulhos-SP, 31 de dezembro de 2018

**Rafael Tatsui Inazawa**  
Contador - CRC-SP 163.996/O-2**Alzira Leite**  
Diretor Administrativo Financeiro**Francisco José Carone Garcia**  
Diretor Presidente



**PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO DE GUARULHOS S.A.**

**PROGUARU**

**Demonstrações do Valor Adicionado**

**Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

**(Valores expressos em milhares de reais)**

|                                                           | <b>2018</b>     | <b>2017</b>     |
|-----------------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| <b>Receitas</b>                                           | <b>254.191</b>  | <b>191.128</b>  |
| Receitas operacionais                                     | 82.515          | 59.034          |
| Outras receitas operacionais                              | 169.296         | 131.799         |
| Provisão para devedores duvidosos - constituição/reversão | 2.380           | 295             |
| <b>Insumos adquiridos de terceiros</b>                    | <b>103.668</b>  | <b>71.511</b>   |
| Outros custos das obras e serviços prestados              | 3.098           | 1.906           |
| Materiais consumos                                        | 5.232           | 5.430           |
| Serviços de terceiros                                     | 62.208          | 30.486          |
| Outras despesas operacionais                              | 33.130          | 33.689          |
| <b>Valor adicionado bruto</b>                             | <b>150.523</b>  | <b>119.617</b>  |
| <b>Retenções</b>                                          | <b>636</b>      | <b>699</b>      |
| Depreciações/ Amortizações                                | 636             | 699             |
| <b>Valor adicionado líquido produzido pela empresa</b>    | <b>149.887</b>  | <b>118.918</b>  |
| <b>Valor adicionado recebido em transferência</b>         | <b>617</b>      | <b>1.190</b>    |
| Receitas financeiras                                      | 617             | 1.190           |
| <b>Valor adicionado total a distribuir</b>                | <b>150.504</b>  | <b>120.108</b>  |
| <b>Distribuição do valor adicionado</b>                   | <b>150.504</b>  | <b>120.108</b>  |
| <b>Empregados</b>                                         | <b>142.043</b>  | <b>127.163</b>  |
| Salários e encargos                                       | 99.149          | 87.110          |
| Honorários de diretoria e conselho                        | 1.089           | 693             |
| Benefícios                                                | 33.557          | 29.378          |
| FGTS                                                      | 8.248           | 9.982           |
| <b>Impostos, taxas e contribuições</b>                    | <b>39.689</b>   | <b>34.166</b>   |
| Federais                                                  | 35.969          | 31.619          |
| Estaduais                                                 | 74              | 97              |
| Municipais                                                | 3.646           | 2.450           |
| <b>Remuneração de capitais de terceiros</b>               | <b>367</b>      | <b>614</b>      |
| Aluguéis                                                  | 367             | 614             |
| <b>Remuneração de capitais próprios</b>                   | <b>(31.595)</b> | <b>(41.835)</b> |
| Prejuízo do exercício                                     | (31.595)        | (41.835)        |

**As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.**

Guarulhos-SP, 31 de dezembro de 2018

**Rafael Tatsui Inazawa**  
Contador - CRC-SP 163.996/O-2

**Alzira Leite**  
Diretor Administrativo Financeiro

**Francisco José Carone Garcia**  
Diretor Presidente



**PROGUARU**

**Balanco Social**

**Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

**Indicadores Funcionais e Laboriais – Indicadores do corpo funcional**

|                                                            | <b>2018</b> | <b>2017</b> |
|------------------------------------------------------------|-------------|-------------|
| Número de empregados – Final do Exercício                  | 4.521       | 4.065       |
| Admissões no exercício                                     | 570         | 210         |
| Demissões no Exercício                                     | 114         | 379         |
| Empregados portadores de deficiência física                | 97          | 89          |
| Empregados por faixa etária:                               |             |             |
| De 18 a 35 anos                                            | 605         | 358         |
| De 36 a 60 anos                                            | 3.126       | 3.017       |
| Acima de 60 anos                                           | 790         | 690         |
| Efetivo por sexo:                                          |             |             |
| Homens                                                     | 2.505       | 1.899       |
| Mulheres                                                   | 2.016       | 2.166       |
| % Cargos de Chefia ocupados por mulheres                   | 21%         | 25%         |
| % Cargos de Chefia ocupados por homens                     | 79%         | 75%         |
| Empregados por nível de escolaridade:                      |             |             |
| Analfabeto                                                 | 57          | 59          |
| Fundamental                                                | 1.746       | 1.764       |
| Médio                                                      | 2.284       | 1.954       |
| Técnico                                                    | 10          | 10          |
| Superior                                                   | 424         | 278         |
| Estagiários                                                | -           | 2           |
| Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade     | 91          | 249         |
| Nº de processos trabalhistas julgados procedentes          | -           | 1           |
| Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes        | 29          | 118         |
| Nº de processos trabalhistas julgados procedentes em parte | 61          | 123         |
| Nº de processos trabalhistas extintos                      | 2           | 7           |

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Guarulhos-SP, 31 de dezembro de 2018

**Rafael Tatsui Inazawa**  
Contador - CRC-SP 163.996/O-2

**Alzira Leite**  
Diretor Administrativo Financeiro

**Francisco José Carone Garcia**  
Diretor Presidente

**PROGUARU****Balanço Social****Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais)**

| <b>Indicadores Laboriais</b>                                                                                                                           | <b>2018</b> | <b>2017</b> |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------|-------------|
| Encargos sociais                                                                                                                                       | 37.517      | 36.042      |
| Alimentação                                                                                                                                            | 24.249      | 21.571      |
| Segurança e Medicina do Trabalho                                                                                                                       | 483         | 58          |
| Saúde                                                                                                                                                  | 2           | 3           |
| Transporte                                                                                                                                             | 3.794       | 3.202       |
| Cesta Básica                                                                                                                                           | 4.660       | 3.985       |
| Capacitação e Desenvolvimento Profissional                                                                                                             | 69          | 43          |
| <b>Remuneração bruta segregada por:</b>                                                                                                                |             |             |
| Empregados                                                                                                                                             | 99.149      | 87.110      |
| Administradores                                                                                                                                        | 1.089       | 693         |
| Autônomos                                                                                                                                              | 33          | 31          |
| <b>Relação da remuneração na empresa:</b>                                                                                                              |             |             |
| menor ( em R\$)                                                                                                                                        | 1.075,81    | 1.075,84    |
| maior (em R\$)                                                                                                                                         | 15.286,09   | 14.840,86   |
| Valor total de indenizações e multas pagas por determinação judicial                                                                                   | 3.255       | 3.439       |
| <b>Outras informações</b>                                                                                                                              |             |             |
| <b>1. Indicadores Sociais Internos</b>                                                                                                                 |             |             |
| Concessão de Adiantamento Saúde a funcionários afastados                                                                                               | 55          | 49          |
| <b>2. Indicadores Sociais Externos</b>                                                                                                                 |             |             |
| <b>Programa voluntariado Empresarial (PVE)</b>                                                                                                         |             |             |
| - agasalhos (peças)                                                                                                                                    | 1.074       | 1.167       |
| <b>3. Indicadores Ambientais</b>                                                                                                                       |             |             |
| Remoção de entulho (m3)                                                                                                                                | 41.610      | 62.587      |
| Reciclagem de resíduos da construção civil (m3)                                                                                                        | 36.649      | 33.603      |
| Urbanização de Vias (m3)                                                                                                                               | 25.717      | 47          |
| Utilização de agregados reciclados em conservação de vias e obras de edificação (m3)                                                                   | 7.816       | 6.159       |
| Produção (unidades) e utilização de Pré-moldados de concreto com material reciclado e utilizado em diversas obras no município de Guarulhos ( Lajotas) | 23.563      | 3.400       |
| <b>4. Coleta e destinação de resíduos descartáveis</b>                                                                                                 |             |             |
| Materiais de papel, plástico, metal e vidro ( toneladas )                                                                                              | 1,92        | 2,88        |

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis

Guarulhos-SP, 31 de dezembro de 2018

**Rafael Tatsui Inazawa**  
Contador - CRC-SP 163.996/O-2**Alzira Leite**  
Diretor Administrativo Financeiro**Francisco José Carone Garcia**  
Diretor Presidente

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

(Valores expressos em milhares de reais)

### **NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL**

A Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S.A. – PROGUARU é uma Sociedade de economia mista de direito privado, constituída nos termos das Leis Municipais nº. 2.305 de 22 de maio de 1979, alterada pela Lei 2.315 de 10 de julho de 1979, Lei 7.101 de 20 de dezembro de 2012 e Lei 7.220 de 16 de dezembro de 2013 e que se regerá pelo disposto nestes diplomas legais, bem como pela legislação aplicável às Sociedades Anônimas. O prazo da Sociedade é por tempo indeterminado. A sociedade tem por objeto o exercício das atividades públicas tais como:

I - Execução dos serviços de varrição, coleta e remoção de lixo, pintura de guias, desobstrução de travessias, limpeza de bueiros, coleta de entulho, remoção de pequenos animais mortos, limpeza de córregos, roçagem, capina, conservação de ruas pavimentadas e ruas de terra, conservação de boca de lobo, poços de visitas, muros de arrimo, sarjetas, guias, sarjetões e lavagem de ruas.

II - Fabricação de blocos e pré-moldados, usinagem e fabricação de concreto betuminoso usinado a quente, asfalto pré misturado a frio, reciclagem de resíduos sólidos, execução de obras de drenagem, pavimentação, construção de guias, sarjetas e sarjetões, obras de contenção de encostas, obras de desassoreamento de córregos, dragagem de córregos, iluminação pública, travessias, construções de galerias, muros de arrimo, canalizações, pontes, muros, calçadas e serviços correlatos.

III - Promoção de estudos e elaboração de projetos relacionados com as atividades culturais, esportivas e sociais; projetos de arquitetura, urbanismo e engenharia em geral, tais como: projetos geométricos, de pavimentação, de micro e macrodrenagem, transporte público.

IV - Planejamento, promoção e adoção de medidas tendentes ao incentivo de atividades industriais e comerciais para a consecução do objetivo social, tais como: elaboração e execução de planos e desenvolvimento, de habitação, de urbanização, de fiscalização de controle, de fomento, de apoio e outros de interesse social, por conta de entidades públicas e privadas.

V - Execução de serviços gráficos, de informática, projeto, construção, ampliação, reforma, limpeza, monitoramento e manutenção de próprios, controle de acesso, regulamentação para estacionamento por tempo determinado, implantação e manutenção da sinalização de trânsito e de obras, administração de velórios, cemitérios, mercados, aterros, estádios, execução de serviços de emplantamento de logradouros públicos, exploração de publicidade em próprios públicos e particulares.

VI - Construção, manutenção e reforma de habitações de interesse social; recuperação de loteamentos e conjuntos residenciais irregulares ou em deterioração urbana.

VII - Comercialização de agregados reciclados e seus derivados.

VIII - Realização de concursos públicos e ações de capacitação.

IX - Prestação de serviços a outros órgãos e entidades privadas.

X – Estudos, projetos, construção, manutenção e operação de plantas de geração de energia, bem como, exploração comercial e prestação de serviços correlatos.

### **Plano de Recuperação Econômico e Financeiro**

A elaboração e execução do plano de recuperação econômico financeiro tem como finalidade primordial a continuidade da sociedade em razão do alto nível de endividamento e patrimônio

líquido negativo. O plano tem vigência contínua com ações a curto, médio e longo prazo, dentro das disponibilidades e exequibilidades possíveis.

I – Vigência contínua > Realizar periodicamente o Planejamento Estratégico Situacional em todas as gerências, possibilitando a racionalização no emprego dos recursos, execução do orçamento empresarial permitindo a melhora no nível de estimativa e, racionalização e alocação dos recursos nas ações definidas pelas diretorias.

Ações realizadas em 2018 > Com base nas reuniões do Planejamento Estratégico foram identificadas várias possibilidades de melhoria de processos para evitar ônus como desperdícios e retrabalhos. Isso ensejou a necessidade de mapear os fluxogramas de operações e a revisão dos manuais de alguns setores como o de Compras e Licitações.

II - Ações a curto e médio prazos > Redução da folha de pagamento e consequentemente a diminuição dos custos e despesas; revisão dos processos e fluxos de trabalho nas gerências, otimizando assim os procedimentos e harmonizando as relações interdepartamentais; diminuição do volume de estocagem de materiais evitando o desembolso com consequente melhora no fluxo de caixa; iniciar obras com recursos financeiros vinculados garantindo desta forma os recebimentos; revisão de contratos considerados inviáveis e seus respectivos cancelamentos; regularidade fiscal (CND) nos âmbitos municipal, estadual e federal para obtenção de novos contratos comerciais e manutenção dos atuais tendo sido renovados todos em 2018; desenvolvimento e implementação de uma nova política de gestão para os recebíveis da sociedade (carteiras PCM e Ponte Alta) facilitando a cobrança e aumentando desta forma a captação de recursos financeiros; readequação do uso de materiais, diminuindo o custo dos contratos de limpeza e aumentando a margem de lucro; evitar a locação de imóveis de terceiros, utilizando espaços próprios diminuindo dessa forma os gastos com aluguéis.

Ações realizadas em 2018 > Adoção de novo procedimento de controle de estoques tendo como parâmetro o consumo efetivo informado pelo usuário até o final de cada período mensal reduzindo o custo e consequentemente aumento de nosso estoque em 47%; em 31/12/18 foram renovadas todas as certidões negativa de tributos nos âmbitos municipal, estadual e federal, possibilitando à Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S/A. - Proguaru comprovar sua regularidade fiscal; reestruturação da Seção Cobrança com a inclusão de um advogado para representação e negociação junto aos devedores da carteira de recebíveis PCM e PTALT.

III – Ações a Longo Prazo > Integralização do capital social com os imóveis a serem transferidos de acordo com o previsto no artigo 14-A da Lei municipal 7101/12, diminuindo assim nosso patrimônio líquido negativo em R\$17.907 mil; implantação de um sistema informatizado e integrado de gestão empresarial (ERP) na sociedade, visando um aumento no nível de controle, subsidiando a tomada de decisões e a gestão da sociedade.

Ações realizadas em 2018 > Em 2018 foi adquirido uma versão atualizada do RH – Prime sistema de folha de pagamento e outro sistema denominado “Boreales” para a Gerência de Engenharia em virtude da necessidade premente das áreas.

## NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas emanadas da Legislação Societária Brasileira - Lei nº. 6.404/76 e alterações promovidas pela Lei nº.11.638/07 e Lei nº 11.941/09, conjugada com as NBC's - Normas Brasileiras de Contabilidade, instituídas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações financeiras da Sociedade são de responsabilidade da Administração e são elaboradas pressupondo-se a continuidade normal das operações, com observância das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações.

A Lei nº. 9.249/95, de 26 de dezembro de 1995, dentre outras determinações, eliminou a adoção

de qualquer sistema de correção monetária de Balanço para fins fiscais e societários a partir do exercício social de 1996, desta forma, as parcelas componentes do Imobilizado e Intangível e do Patrimônio Líquido estão atualizadas somente até 31 de dezembro de 1995, pela sistemática oficial de correção monetária, então vigente. Os demais ativos e passivos sujeitos à indexação foram atualizados até a data de encerramento do exercício, com base nos índices contratados.

A Lei nº. 11.638/07 e a Lei nº. 11.941/09, modificam a Lei nº. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. Os ajustes relativos à adoção das referidas legislações estão detalhados na nota explicativa nº 3.

A moeda funcional utilizada pela Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S/A. – Proguaru é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras.

### **Estimativas contábeis**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração utilize estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas e despesas. Os principais valores estimados decorrem da seleção das vidas úteis do ativo imobilizado e provisão para passivos contingentes. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo e sua determinação.

### **NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS**

**a) Reconhecimento de receitas e despesas**

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. A receita compreende os valores dos contratos e os valores recebidos da Prefeitura Municipal de Guarulhos para custeio das atividades.

**b) Ativo circulante e não circulante**

Demonstrados pelos valores de custo ou de realização. Quando aplicável, foram constituídas provisões para ajuste ao valor de realização.

**c) Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um baixo risco de mudança de valor.

Os investimentos em aplicações financeiras são registrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço os quais são creditados ao resultado mensalmente e deduzido dos impostos e da provisão para desvalorização, quando aplicável. Os valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras são geridos pela Secretaria Municipal da Fazenda, órgão da administração direta da Prefeitura Municipal de Guarulhos.

**d. Estoques**

Os estoques estão avaliados pelo custo médio de aquisição, que não supera o valor de mercado.

**e. Depósitos Especiais – Penhoras Judiciais**

Existem situações em que empresa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, podem ser depositados em juízo, sem que haja a

caracterização da liquidação do passivo. As penhoras são decorrentes de decisões judiciais que têm sua origem principalmente de litígio com fornecedores e execução fiscal com a Receita Federal do Brasil.

**f. Imobilizado**

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e acrescidos de correção monetária até 31 de dezembro de 1995, tendo sido reavaliado em dezembro de 2002. A Depreciação do imobilizado computada pelo método linear, a taxas anuais estipuladas pela legislação fiscal, sendo Imóveis de uso, 4%; Móveis e Utensílios, Ferramentas e Instalações 10%; e Veículos, Computadores e Periféricos, 20%. O processo de convergência das normas brasileiras de contabilidade com as normas internacionais (IFRS) ocorreu através da aplicação inicial no ativo imobilizado e à propriedade para investimento de acordo com o CPC 01, CPC 27, CPC 28, CPC 37, CPC 43 e Interpretação Técnica ICPC 10 no exercício financeiro encerrado em 31 de dezembro de 2017.

**g. Intangível**

O ativo intangível está demonstrado ao custo de aquisição e acrescidos de correção monetária até 31 de dezembro de 1995, tendo sido reavaliado em 2003. A amortização é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

**h. Redução ao valor recuperável**

Os ativos do imobilizado e intangível têm seu valor recuperável medido, no mínimo anualmente, para adequação, caso hajam indicadores de perda de valor.

**i. Passivo circulante e não circulante**

ii. Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

**j. Passivos contingentes**

São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade no posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada dentro da opinião dos juristas da empresa como provável, quando poderia ocasionar uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

**k. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a empresa tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

**l. Obrigações legais**

Decorrem de obrigações tributárias, e têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

**m. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC)**

Demonstração dos fluxos de caixa elaborada pelo método direto, partindo das informações contábeis e considerando as principais operações com influência nas disponibilidades.

**n. Demonstração do valor adicionado (DVA)**

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte

apresenta a riqueza criada pela Empresa, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

**o. Balanço Social e Ambiental**

O Balanço Social foi elaborado de modo a demonstrar a atuação da empresa e seus compromissos com a sociedade, dando transparência às ações sócio ambientais, complementando as informações das demais demonstrações financeiras. São apresentados no Balanço Social indicadores funcionais e laborais além de indicadores sociais internos e externos juntamente com indicadores ambientais que demonstram todo o trabalho, compromisso e respeito que a norteiam.

**p. Receitas Diferidas**

As receitas são reconhecidas, mensalmente, de acordo com os recebimentos e os custos a ela inerentes e são apropriadas proporcionalmente à medida em que ocorrerem as realizações.

**Considerações Gerais**

Obedecendo ao conceito de transparências das demonstrações financeiras, destacamos alguns grupos de contas para demonstração dos saldos em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, conforme a seguir:

**NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA**

| Descrição              | 2018       | 2017         |
|------------------------|------------|--------------|
| Caixa Tesouraria       | 1          | 2            |
| Bancos Conta Movimento | 1          | 70           |
| Bancos Conta Aplicação | 313        | 3.515        |
| <b>Total</b>           | <b>315</b> | <b>3.587</b> |

**NOTA 5 - CONTAS A RECEBER**

| Descrição                                             | 2018          | 2017          |
|-------------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Prefeitura Municipal de Guarulhos (1)                 | 11.944        | 16.618        |
| Plano Comunitário de Melhoramentos (PCM Aderentes)    | 4.516         | 1.780         |
| Loteamento Ponte Alta                                 | 4.913         | 5.281         |
| Outros                                                | 84            | 104           |
| <b>Subtotal</b>                                       | <b>21.457</b> | <b>23.783</b> |
| (-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (2) | (509)         | (525)         |
| <b>Total</b>                                          | <b>20.948</b> | <b>23.258</b> |

**(1) Prefeitura Municipal de Guarulhos**

|                                | 2018          | 2017          |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| Controle de Acesso             | 3.889         | 6.426         |
| Pavimentação Asfáltica         | 4.196         | 4.195         |
| Limpeza de Próprios Municipais | 2.269         | 3.201         |
| Construção Civil               | 773           | 1.142         |
| Outros                         | 817           | 1.654         |
| <b>Total</b>                   | <b>11.944</b> | <b>16.618</b> |

(2) Os créditos considerados de liquidação duvidosa referem-se a saldos remanescentes oriundos da execução de obras e serviços a municípios inadimplentes.

**5.1 Contas a receber não circulante.**

| Descrição                                          | 2018          | 2017          |
|----------------------------------------------------|---------------|---------------|
| Loteamento Ponte Alta (1)                          | 13.929        | 14.249        |
| Plano Comunitário de Melhoramentos (PCM Aderentes) | 986           | 1.268         |
| Outros                                             | 112           | 132           |
| <b>Subtotal</b>                                    | <b>15.027</b> | <b>15.649</b> |

(1) Atualmente o loteamento Ponte Alta possui um índice de inadimplência em torno de 32% o que corresponde a R\$6.029 mil, sendo que deste total R\$3.014 mil estão em cobrança no Departamento Jurídico em decorrência do atraso ser superior a 180 dias.

**NOTA 6 – OUTROS CRÉDITOS**

| Descrição                              | 2018          | 2017          |
|----------------------------------------|---------------|---------------|
| Penhoras Judiciais (1)                 | 13.689        | 13.697        |
| Impostos a compensar e a recuperar (2) | 2.237         | 766           |
| Adiantamentos diversos                 | 702           | 460           |
| Licença de Uso de Software             | 322           | 0             |
| Seguros em geral                       | 18            | 16            |
| Outros                                 | 0             | 1             |
| <b>Total</b>                           | <b>16.968</b> | <b>14.940</b> |

**6.1 Outros Créditos não circulante**

| Descrição                  | 2018         | 2017         |
|----------------------------|--------------|--------------|
| Depósitos Judiciais        | 2.386        | 2.470        |
| Licença de Uso de Software | 457          | 0            |
| <b>Subtotal</b>            | <b>2.843</b> | <b>2.470</b> |

(1) As penhoras judiciais têm sua vinculação com litígios de fornecedores em R\$ 8.650 mil, Execução Fiscal em R\$4.085 mil e Outros em R\$954 mil.

(2) Os impostos a compensar e recuperar incluem, em 2018, um saldo de R\$ 263 mil e R\$ 1.213 mil, respectivamente, de créditos de PIS e COFINS decorrentes, principalmente, de gastos com vale-refeição, vale-transporte, materiais e uniformes, não utilizados no período e que serão

compensados no decorrer do exercício de 2019 conforme Art. 2º e 3º da Lei 10.833 de 29 de dezembro de 2003.

## NOTA 7 – TERRENOS

Em 31/12/2018 e 31/12/2017 esta conta apresentava um saldo de R\$ 46.

A Lei Municipal nº. 5.701 de 23 de julho de 2001, dispôs sobre a desafetação de área municipal e autorização para a formalização de dação em pagamento com encargos a favor desta Sociedade, face de a Municipalidade ser sua devedora. A Lei cria a obrigatoriedade da PROGUARU de proceder a regularização do loteamento, de fato existente naquela gleba, e também proceder à venda dos lotes respectivos aos ocupantes que se encontravam cadastrados em 21 de março de 2001.

A Lei de Zoneamento Municipal nº. 6253 de 24/05/07, grafou a área como Zona Especial de Interesse Social, ZEIS, possibilitando sua regularização. Após a regularização pela Prefeitura Municipal de Guarulhos, o desmembramento foi encaminhado ao 2º. Cartório de Registro de Imóveis para registro, dando início ao plano de comercialização em substituição aos Contratos de Comodatos existentes.

Em setembro de 2011 iniciou-se a comercialização dos 1.671 lotes situados no bairro denominado Jardim Ponte Alta, Guarulhos-SP.

Até dezembro de 2018 foram vendidos 1.657 lotes, restando assim um saldo remanescente de 14 lotes a serem comercializados, ou seja, foram regularizados 99% do loteamento evidenciando dessa forma o êxito do projeto.

Ao longo desse período, foram e estão sendo executadas obras de infraestrutura como galerias para drenagem, guias, passeio, sarjetas e pavimentação conforme previsto no projeto original.

Está prevista ainda, para 2019, a continuação das obras para execução do projeto de urbanismo e arborização de diversas áreas, assim como o prosseguimento das obras de infraestrutura que estão em andamento.

## NOTA 8 – IMOBILIZADO

|                            | Taxas Anuais<br>de Depreciação | 2018     | 2017     |
|----------------------------|--------------------------------|----------|----------|
| Imóvel (terreno)           | 0%                             | 31.962   | 31.962   |
| Móveis e utensílios        | 10%                            | 1.467    | 1.401    |
| Máquinas e equipamentos    | 10%                            | 8.406    | 8.381    |
| Computadores e periféricos | 20%                            | 844      | 846      |
| Veículos                   | 20%                            | 6.405    | 6.405    |
| Outros                     | -                              | 201      | 197      |
| Depreciação Acumulada      |                                | (14.281) | (13.732) |
| Total                      |                                | 35.004   | 35.460   |

| <b>Movimentação</b>             | <b>Saldo 2017</b> | <b>Adições</b> | <b>Baixas</b> | <b>Saldo 2018</b> |
|---------------------------------|-------------------|----------------|---------------|-------------------|
| Imóveis                         | 31.962            | 0              | 0             | 31.962            |
| Moveis e Utensílios             | 1.401             | 106            | 40            | 1.467             |
| Máquinas e Equipamentos         | 8.381             | 65             | 40            | 8.406             |
| Computadores e Periféricos      | 846               | 20             | 22            | 844               |
| Veículos                        | 6.405             | 0              | 0             | 6.405             |
| Outros                          | 197               | 4              | 0             | 201               |
| <b>Subtotal Imobilizado - A</b> | <b>49.192</b>     | <b>195</b>     | <b>102</b>    | <b>49.285</b>     |
| Depr. Acum. Mov. Utensílios     | (1.080)           | 31             | 82            | (1.131)           |
| Depr. Acum. Máq. Equipam.       | (7.486)           | 32             | 191           | (7.645)           |
| Depr. Acum. Computadores        | (720)             | 17             | 62            | (765)             |
| Depr. Acum. Veículos            | (4.193)           | 0              | 250           | (4.443)           |
| Depr. Acum. Outros              | (253)             | 0              | 44            | (297)             |
| <b>Subtotal Depreciação - B</b> | <b>(13.732)</b>   | <b>80</b>      | <b>629</b>    | <b>(14.281)</b>   |
| <b>Total Líquido (A – B)</b>    | <b>35.460</b>     | <b>275</b>     | <b>731</b>    | <b>35.004</b>     |

Em dezembro de 2002 a PROGUARU procedeu, com base no artigo 8º. da Lei nº. 6.404/76 e amparada por laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, a uma reavaliação dos bens do ativo imobilizado, abrangendo móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, ferramentas e dispositivos, instalações e veículos, registrando uma mais valia de R\$ 5.657 mil.

Em dezembro de 2012, a PROGUARU procedeu a uma avaliação amparada por laudo técnico elaborado por empresa especializada, de acordo com a CPC 01 e CPC 27, em bens do ativo imobilizado, especificamente nas contas “veículos” e “máquinas e equipamentos”, resultando assim, uma mais valia de R\$ 3.801 mil e vida útil remanescente.

Em dezembro de 2018, a PROGUARU procedeu a uma avaliação, obedecendo aos mesmos critérios, dos Terrenos e Edificações que resultou numa mais valia de R\$ 174.164 mil.

|                                | <b>Valor Contábil</b> | <b>Valor Justo</b> | <b>Mais Valia</b> |
|--------------------------------|-----------------------|--------------------|-------------------|
| <b>Veículos</b>                | 271                   | 1.897              | 1.626             |
| <b>Máquinas e Equipamentos</b> | 2.794                 | 4.969              | 2.175             |
| <b>Terrenos e Edificações</b>  | 31.962                | 206.126            | 174.164           |

Em 2018, foram efetuados testes nos bens das mesmas rubricas (Veículos, Máquinas e Equipamentos) e constatou-se que não ocorreram reduções anormais do valor recuperável que necessitassem de qualquer reconhecimento contábil.

## NOTA 9 – INTANGÍVEL

|                       | <b>Taxas Anuais de Amortização</b> | <b>2018</b>  | <b>2017</b>  |
|-----------------------|------------------------------------|--------------|--------------|
| Software              | 20%                                | 271          | 266          |
| Amortização Acumulada |                                    | (251)        | (255)        |
| Software Corporativo  |                                    | 1.612        | 1.612        |
| <b>Total</b>          |                                    | <b>1.632</b> | <b>1.623</b> |

| <b>Movimentação</b>   | <b>Saldo<br/>2017</b> | <b>Adições</b> | <b>Saldo<br/>2018</b> |
|-----------------------|-----------------------|----------------|-----------------------|
| Software              | 266                   | 5              | 271                   |
| Amortização Acumulada | (255)                 | 4              | (251)                 |
| Software Corporativo  | 1.612                 | 0              | 1.612                 |
| <b>Total</b>          | <b>1.623</b>          | <b>9</b>       | <b>1.632</b>          |

Em janeiro de 2003 a PROGUARU procedeu, com base no artigo 8º. da Lei nº. 6.404/76 e amparada por laudo de avaliação elaborado por empresa especializada, a uma reavaliação dos bens do ativo intangível, abrangendo os softwares e registrando uma mais valia de R\$ 81 mil. Em 2008, por força da Lei nº. 11.638/07 e Lei nº.11.941/09, os softwares foram reclassificados do ativo imobilizado para o ativo intangível.

Em 2015, iniciamos um projeto para implantação de um sistema informatizado e integrado com alguns setores estratégicos, objetivando a excelência de forma geral da informação a ser compartilhada entre os gestores.

Em 2017 e 2018, foram implantados os módulos dos setores de compras e almoxarifado, estando ainda em fase pré-operacional. Estão previstos para 2019 a continuidade da implantação de outros módulos como financeiro, contabilidade e custos.

#### **NOTA 10 – FORNECEDORES**

| <b>Descrição</b>                            | <b>2018</b>   | <b>2017</b>   |
|---------------------------------------------|---------------|---------------|
| A3 Terraplenagem e Engenharia Ltda          | 6.903         | 3.311         |
| Paupedra Pedreiras Pavim. Constr. Ltda      | 11.328        | 3.260         |
| Schunck Terrapl. Transp. Ltda               | 1.639         | 1.937         |
| Multi Vias Locações e Viagens Ltda          | 1.408         | 1.313         |
| C.V.S Comercio de Alimentos Ltda            | 1.193         | 1.141         |
| Norte Sul Hidrotecnologia e Com Ltda        | 1.446         | 823           |
| J.L.A. Construções e Com Ltda               | 498           | 658           |
| NOA Com de Mat. Constr. e Loc. de Maq. Ltda | 1.221         | 500           |
| Papa Lix Plásticos e Descartáveis Ltda      | 562           | 406           |
| Demais Fornecedores                         | 7.068         | 5.019         |
| <b>Total</b>                                | <b>33.266</b> | <b>18.368</b> |

#### **NOTA 11 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS**

|                                | <b>Circulante</b> |               | <b>Não circulante</b> |                |
|--------------------------------|-------------------|---------------|-----------------------|----------------|
|                                | <b>2018</b>       | <b>2017</b>   | <b>2018</b>           | <b>2017</b>    |
| Previdência Social – INSS (1)  | 23.473            | 15.452        | 77.562                | 77.437         |
| Fundo de Garantia – FGTS       | 2.477             | 2.105         |                       |                |
| PIS                            | 449               | 440           | 0                     | 0              |
| COFINS                         | 2.072             | 2.029         | 0                     | 0              |
| Parcelamento Lei nº. 11.941/09 | 7.195             | 6.789         | 57.972                | 56.069         |
| Outros                         | 1.503             | 1.883         | 0                     | 0              |
| <b>Total</b>                   | <b>37.169</b>     | <b>28.698</b> | <b>135.534</b>        | <b>133.506</b> |

(1) PAEX Parcelamento Excepcional - Parcelamento Lei nº. 11941/09, artigo nº1, Parcelamento Lei 12.996/14, artigo 2º -PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, Lei 13.496/17, artigos 2º e 3º.

Em novembro de 2009, a Sociedade optou por rescindir o parcelamento excepcional e aderir ao parcelamento nos termos da Lei nº. 11.941/09, que engloba o saldo remanescente do PAEX.

Em agosto de 2017, foi formalizado adesão ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, conforme parcelamento previsto nos artigos 2º e 3º da Lei 13.496/17, em até 120 meses, onde foram contemplados todos os débitos pendentes e parcelados administrados pela RFB e PGFN, cujo vencimentos originários se deram até 30 de abril de 2017. Os tributos parcelados atingiram o montante de R\$ 92.922 mil.

Os tributos inadimplentes que não puderam ser inclusos no PERT foram parcelados conforme previsto no artigo 10º da Lei 10522/02, importando no montante de R\$6.126 mil.

Em 03/11/2017, todas essas ações descritas resultaram na concessão da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa para os tributos federais e previdenciários, com validade até 02/05/2018.

Em outubro de 2018, a Sociedade optou pelo parcelamento de R\$ 3.180 mil e R\$ 5.781 mil respectivamente de PIS e COFINS do ano calendário de 2014 atribuídos pela Receita Federal sobre os repasses do FPG através de lançamento de ofício, para a obtenção da CND. Essa dívida, no entanto, está sendo questionada judicialmente.

#### NOTA 12 – OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

|                     | Circulante   |               | Não circulante |              |
|---------------------|--------------|---------------|----------------|--------------|
|                     | 2018         | 2017          | 2018           | 2017         |
| Tributos Federais   | 4.218        | 1.052         | 9.964          | 2.150        |
| Tributos Municipais | 443          | 37.241        | 0              | 0            |
|                     | 3.542        |               |                |              |
| Parcelamento do ISS |              | 0             | 28.325         | 0            |
| Total               | <u>8.203</u> | <u>38.293</u> | <u>38.289</u>  | <u>2.150</u> |

#### Parcelamento Municipal – Lei Municipal nº. 7154/2013, artigo 2º e Refis Municipal Lei 7592/2017, artigo 1º

Com a finalidade de obter sua regularidade fiscal junto ao município de Guarulhos e, consequentemente, a Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, a sociedade aderiu em janeiro de 2018 ao Parcelamento previsto na Lei 7592/2017, artigo 1º, de 16/11/2017, incluindo também o saldo remanescente do Parcelamento previsto na Lei 7154/2013, artigo 2º, parcelando todo o seu passivo fiscal no âmbito municipal em 120 parcelas e beneficiando-se da redução de 5% de juros e multa.

Em outubro de 2018 foi feito um reparcelamento da dívida com a exclusão dos honorários advocatícios, que já haviam sido pagos, resultando numa sensível queda no valor das parcelas e diminuição da dívida em R\$2.978 mil.

**NOTA 13 – CONTINGÊNCIAS**

A Sociedade é parte em ações judiciais decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A provisão de R\$ 30.398 mil é considerada suficiente, para cobertura de eventuais perdas, pela avaliação da Administração da Sociedade.

|                            |               |                              | <u>2018</u>                 | <u>2017</u>   |
|----------------------------|---------------|------------------------------|-----------------------------|---------------|
|                            |               |                              |                             |               |
|                            |               |                              | 27.562                      | 32.698        |
|                            |               |                              | 2.836                       | 2.396         |
|                            |               |                              | <u>30.398</u>               | <u>35.094</u> |
|                            |               |                              |                             |               |
| Movimentação               | Saldo 2017    | Provisões<br>do<br>Exercício | Reversão<br>de<br>Provisões | Saldo 2018    |
| Contingências Trabalhistas | 32.698        | -                            | 5.136                       | 27.562        |
| Contingências Cíveis       | 2.396         | 440                          | -                           | 2.836         |
| <b>Total</b>               | <b>35.094</b> | <b>440</b>                   | <b>5.136</b>                | <b>30.398</b> |

**13.1 - Contingências trabalhistas e cíveis**

Na avaliação dos assessores jurídicos, o resultado dessas ações e processos são classificados como prováveis, possíveis e remotas de perda. No caso de remotas de perda, a administração da Sociedade entende não ser necessária à constituição de provisão para eventuais perdas.

As provisões constituídas para as classificadas como prováveis de perdas, estão classificadas no passivo não circulante e são revisadas periodicamente com base na evolução dos processos.

A Sociedade efetuou depósitos recursais, decorrente principalmente de ações judiciais trabalhistas, no valor de R\$ 2.386 mil e que deverão ser realizados em período superior a 365 dias. Foram objeto de penhora R\$ 13.689 mil, através das contas bancárias, e que estão classificados no ativo circulante.

**13.2 - Contingências fiscais e tributárias – PIS e COFINS**

Após tramitação junto ao CARF – Conselho Adm. de Recursos Fiscais dos processos referentes à cobrança de PIS e COFINS sobre repasses de recursos oriundos da Prefeitura Municipal de Guarulhos para financiamento do FPG - Fundo para o Progresso de Guarulhos e do indeferimento de nosso pedido de impugnação dos débitos tributários em questão, a PROGUAU ingressou com uma nova representação junto ao Poder Judiciário visando sua contestação. Ante o exposto porém, com base em parecer da Assessoria Jurídica e em observância à NBC TG 25, estamos divulgando em nota como passivo contingente, os valores correspondentes aos débitos inscritos na PGFN Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sob os nº 806 14118506-66, 806 16010861-69, 807 14028650-92 e 807 16004402-09, que atingem o montante de R\$ 107.016 mil (vide nota 21).

**NOTA 14 – RECEITAS DIFERIDAS**

|                       | <u>2018</u>   | <u>2017</u>   |
|-----------------------|---------------|---------------|
| Loteamento Ponte Alta | 18.842        | 18.752        |
| (-) Custo do terreno  | 7.268         | 7.044         |
|                       | <u>11.574</u> | <u>11.708</u> |

As Receitas Diferidas são provenientes da comercialização do loteamento de um terreno desmembrado no Jardim Ponte Alta iniciado em 2011, cujo prazo médio de realização gira em torno de 10 anos e que de acordo com novos termos de repactuação dos contratos, podem chegar até novembro de 2028.

**NOTA 15 – PATRIMONIO LÍQUIDO****15.1 Capital Social**

O Capital Autorizado é de R\$ 70.000 mil e o Capital Integralizado é de R\$ 43.300 mil, tendo como acionista majoritária a Prefeitura Municipal de Guarulhos que é detentora de 99,84% das 10.825.000 ações ordinárias nominativas endossáveis, com valor nominal de R\$ 4,00 (quatro reais) cada ação.

Conforme artigo 12º da Lei 6.404/76 e Lei Municipal nº7.011 de 02/04/2012, foi efetuado o desdobramento e grupamento das ações na proporção de 100 para 1, convertendo-se 289.436.018 ações para a quantidade final de 3.000.000 ações.

Em 2019, conforme previsto no artigo 14-A da Lei Municipal nº7101/12, poderão ser integralizados ao Capital Social mais R\$17.907 mil, decorrente da transferência de imóveis utilizados atualmente pela Proguaru como Centros Operacionais.

**15.2 Prejuízos Acumulados**

Visando a continuidade do plano de reequilíbrio econômico financeiro da Proguaru, face ao Patrimônio Líquido negativo acumulado em R\$ 211.776 mil e Prejuízos Acumulados em R\$ 255.076 mil, a atual Diretoria conseguiu em 2018, com a aplicação das medidas previstas no plano de recuperação reduzir o prejuízo em R\$10.240 mil, ou seja, redução de 24,48% comparado ao exercício de 2017.

|                       | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|-----------------------|-------------|-------------|
| Prejuízo do Exercício | (31.595)    | (41.835)    |

**NOTA 16 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**

| <b>Receita Operacional</b>                  | <u>2018</u> | <u>2017</u> |
|---------------------------------------------|-------------|-------------|
| Pavimentação e Cons. de Vias Públicas       | 5.236       | 108         |
| Construções e Manut. em Próprios Municipais | 497         | 436         |
| Controles de Acesso                         | 38.671      | 27.542      |
| Limpeza de Próprios Municipais              | 35.189      | 28.130      |

|                                             |                |                |
|---------------------------------------------|----------------|----------------|
| Loteamento Ponte Alta                       | 2.906          | 2.775          |
| Outras Receitas                             | 16             | 43             |
|                                             | <b>82.515</b>  | <b>59.034</b>  |
| <b>Deduções à Receita Operacional</b>       | 5.506          | 4.568          |
| Imposto Sobre Serviços                      | 3.615          | 2.402          |
| Programa de Integração Social               | 1.194          | 991            |
|                                             | <b>10.315</b>  | <b>7.961</b>   |
| <b>Receita Operacional Líquida</b>          | <b>72.200</b>  | <b>51.073</b>  |
| Varrição e Limpeza Urbana                   | 83.582         | 56.234         |
| Pavimentação e Const. de Vias Públicas      | 48.755         | 41.090         |
| Melhorias e Manut. em Sistema de Drenagens  | 5.932          | 7.060          |
| Construções e Manut. em Próprios Municipais | 3.273          | 3.770          |
| Taxa de Administração - FPG                 | 14.154         | 10.815         |
| <b>Repasse do Fundo - FPPG</b>              | <b>155.696</b> | <b>118.969</b> |

A partir do exercício de 2018, a Sociedade optou por segregar as Receitas de Repasses do Fundo para Progresso de Guarulhos (FPG) das Receitas Operacionais visando coadunar as obrigações acessórias transmitidas com as Demonstrações Financeiras junto à Receita Federal para descaracterização dos Repasses como Receita Operacional e evitar futuramente as autuações fiscais recorrentes.

#### NOTA 17 – CUSTO DE SERVIÇOS PRESTADOS

Os valores apropriados à título de custos no período, estão discriminados conforme as seguintes rubricas:

|                       | <b>2.018</b>  | <b>2.017</b>  |
|-----------------------|---------------|---------------|
| Pessoal               | 42.983        | 46.071        |
| Materiais             | 2.643         | 2.800         |
| Serviços de terceiros | 23.415        | 12.107        |
| Manutenção            | 1.046         | 632           |
| Outros                | 2.444         | 2.295         |
|                       | <b>72.531</b> | <b>63.905</b> |

#### NOTA 18 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

Os valores apropriados à título de despesas administrativas e gerais, no período, estão discriminados conforme as seguintes rubricas:

|                       | <b>2018</b> | <b>2017</b> |
|-----------------------|-------------|-------------|
| Pessoal (1)           | 16.199      | 11.045      |
| Indenizações          | 1.306       | 1.165       |
| Serviços de terceiros | 406         | 774         |
| Outros (2)            | 12.150      | 7.393       |

Contingências

|               |               |
|---------------|---------------|
| 440           | 1.804         |
| <u>30.501</u> | <u>22.181</u> |

- (1) Em 2018, foram criadas duas Diretorias com finalidade de obtenção da excelência em nossos serviços prestados, otimizando e suprimindo nossas necessidades estruturais. Com isso foram criadas a Diretoria de Inovação e Tecnologia e houve o desmembramento da antiga Diretoria Técnica em Infraestrutura Viária e Operações, e a de Edificações e Saneamento, com seus respectivos organogramas desdobrados em gerência, supervisão, coordenadoria e seções.
- (2) Deste total, R\$ 9.796 mil refere-se a despesas não provisionadas em exercícios anteriores de PIS e COFINS que estavam sendo discutidas judicialmente (vide nota 21) e que foram parceladas em outubro de 2018 para a obtenção da Certidão Positiva de Débitos com Efeitos de Negativa. Neste caso, a sociedade interpôs junto ao Judiciário pedido de tutela visando suspender o crédito tributário relativo ao Pis e Cofins parcelados com significativa possibilidade de êxito.

#### NOTA 19 – PREJUÍZOS A COMPENSAR

A Sociedade possui prejuízos fiscais a compensar do Imposto de Renda e base de cálculo negativa da Contribuição Social:

|                     | 2018    | 2017    |
|---------------------|---------|---------|
| Imposto de Renda    | 170.514 | 138.919 |
| Contribuição Social | 170.487 | 138.892 |

#### NOTA 20 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES EM PERÍODOS ANTERIORES

As declarações de imposto de renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, respaldadas por emissão das ECF's (Escriturações Fiscais Digitais) e republicações dos Balanços, bem como, respectivos Pareceres de Auditoria Independente. Outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários, permanecem em aberto para revisão por períodos variáveis de tempo.

#### NOTA 21 – FUNDO PARA O PROGRESSO DE GUARULHOS

A Administração considera que os recursos recebidos do “Fundo para o Progresso de Guarulhos” para o desenvolvimento das atividades da Sociedade, são caracterizados como Repasses, de acordo com a Lei Federal nº4.320/64 – de Normas Gerais de Direito Financeiro e Lei Municipal nº2.305/79 que criou o Fundo e autorizou a constituição da Sociedade.

Com fundamento na Medida Provisória nº 2.158-35/01, artigo 14, inciso I que dispõe:

**“Art. 14. Em relação aos fatos geradores ocorridos a partir de 1º de fevereiro de 1999, são isentas da COFINS as receitas:**

**I - dos recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista;**

**§ 1º São isentas da contribuição para o PIS/PASEP as receitas referidas nos incisos I a IX do caput.”**

e Instrução Normativa SRF247/2002, artigo 46, inciso I:

**“Art. 46. São isentas do PIS/PASEP e da COFINS as receitas:**

**I – dos recursos recebidos a título de repasse, oriundos do Orçamento Geral da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, pelas empresas públicas e sociedades de economia mista;”**

Foi emitido parecer pela Assessoria Jurídica da Proguaru e adotada pela Diretoria, decisão confirmada em reunião conjunta dos Conselhos de Administração e Fiscal, que não deve haver incidência do PIS e COFINS sobre os recursos provenientes do “Fundo para o Progresso de Guarulhos”.

A partir do exercício de 2005, toda movimentação dos recursos do FPG – Fundo para Progresso de Guarulhos, estão demonstrados na contabilidade da Progresso e Desenvolvimento de Guarulhos S.A., na forma de contas de compensação.

O Processo Administrativo na RFB sob nº16095.720.015/2014-20, atinente à questão que estava sendo discutido no âmbito do CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais foi indeferido em última instância, tornando-se assim débito inscritos na Dívida Ativa da União e objeto de recurso junto ao Poder Judiciário (vide nota 13.2).

**Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos do FPG – Fundo para o Progresso de Guarulhos – Exercício de 2018**

| <u>Descrição</u>                                           | <u>Origens</u> | <u>Aplicações</u> |
|------------------------------------------------------------|----------------|-------------------|
| Empenhos - Dotação Orçamentária da PMG                     | 160.585        |                   |
| Suplementação / Anulação Orçamentária – PMG (Líquido)      | -              |                   |
| Saldo Bancário                                             |                |                   |
| Créditos de Repasses                                       | (4.889)        |                   |
| Obras de prevenção de enchentes e obras complementares     |                | 1.000             |
| Execução de infraestrutura e obras complementares          |                | 4.609             |
| <b>Subtotal aplicações em investimentos</b>                | <u>155.696</u> | <u>5.609</u>      |
| Manutenção de obras e prevenção de enchentes               |                | 5.525             |
| Manutenção e conservação de unidades municipais            |                | 3.600             |
| Manutenção e conservação de vias e serviços complementares |                | 49.022            |
| Varrição e limpeza urbana                                  |                | 91.940            |
| <b>Subtotal aplicações em manutenções</b>                  | <u>0</u>       | <u>150.087</u>    |
| <b>Total Geral</b>                                         | <u>155.696</u> | <u>155.696</u>    |

**Demonstrativo de Origens e Aplicações de Recursos do FPG – Fundo para o Progresso de Guarulhos – Exercício de 2017**

| <u>Descrição</u>                                        | <u>Origens</u> | <u>Aplicações</u> |
|---------------------------------------------------------|----------------|-------------------|
| Empenhos - Dotação Orçamentária da PMG                  | 131.089        |                   |
| Suplementação / Anulação Orçamentária - PMG             | (12.120)       |                   |
| Saldo Bancário                                          |                |                   |
| Outros Empenhos                                         |                | 835               |
| Obras de prevenção de enchentes e obras complementares  |                | 2.274             |
| Execução de infraestrutura e obras complementares       |                | 5.826             |
| <b>Subtotal aplicações em investimentos</b>             | <b>118.969</b> | <b>8.935</b>      |
| Manutenção de obras e prevenção de enchentes            |                | 5.492             |
| Manutenção e conservação de unidades municipais         |                | 4.147             |
| Manutenção e conservação de vias e serv. Complementares |                | 39.373            |
| Varrição e limpeza urbana                               |                | 61.022            |
| <b>Subtotal aplicações em manutenções</b>               | <b>0</b>       | <b>110.034</b>    |
| <b>Total geral</b>                                      | <b>118.969</b> | <b>118.969</b>    |

**NOTA 22 – COBERTURA DE SEGUROS**

A Sociedade mantém cobertura de seguros para sinistro com terceiros, e em alguns casos o do tipo compreensivo (total) para os bens do ativo imobilizado, principalmente para os veículos e prédio da sede.

| <u>Bem</u>       | <u>Tipo</u>  | <u>2018</u><br><u>Cobertura</u> | <u>2017</u><br><u>Cobertura</u> |
|------------------|--------------|---------------------------------|---------------------------------|
| Veículos         | Terceiros    | 18.580                          | 18.280                          |
| Prédios          | Compreensivo |                                 |                                 |
| Sede e Regionais | Empresarial  | 11.788                          | 8.665                           |

**NOTA 23 - CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO E O FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS**

Em atendimento à NBC TG 03 (R2), apresentamos a conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais por conta da utilização do método direto na apuração do fluxo líquido das atividades operacionais.

| <b>Das atividades operacionais</b> | <b>2018</b>     | <b>2017</b>     |
|------------------------------------|-----------------|-----------------|
| <b>Resultado do exercício</b>      | <b>(31.595)</b> | <b>(41.835)</b> |
| Ajustes do resultado               |                 |                 |
| (+) Depreciações e amortizações    | 636             | 699             |
| (+) Variação do ativo imobilizado  | (447)           | (624)           |

|                                                  |                 |                 |
|--------------------------------------------------|-----------------|-----------------|
| (+) Outros ajustes                               | 88              | 413             |
| (+) Perda / Ganho na alienação de imobilizado    | (19)            | 34              |
| <b>Prejuízo líquido ajustado</b>                 | <b>(31.337)</b> | <b>(41.313)</b> |
| Variações do ativo                               |                 |                 |
| (-) Variação em contas a receber                 | 2.310           | 8.695           |
| (-) Variação em obras e serviços a faturar       | (4.600)         | 4.021           |
| (-) Variação nos estoques                        | (784)           | (35)            |
| (-) Variação em outros créditos                  | (2.028)         | (4.699)         |
| (-) Variação em contas a receber (longo prazo)   | 249             | 2.063           |
| <b>Total das variações do ativo</b>              | <b>(4.853)</b>  | <b>10.045</b>   |
| Variações do passivo                             |                 |                 |
| (+) Variação em fornecedores                     | 14.898          | 2.605           |
| (+) Variação em obrigações sociais               | 10.499          | 33.287          |
| (+) Variação em obrigações tributárias           | 6.049           | 10.749          |
| (+) Variação em outras obrigações                | 4.835           | 39              |
| (+) Variação na provisão para férias             | 1.278           | 675             |
| (+) Variação na provisão para contingências      | (4.696)         | (10.769)        |
| (+) Variação em receitas diferidas               | (134)           | (2.676)         |
| <b>Total das variações do passivo</b>            | <b>32.729</b>   | <b>33.910</b>   |
| <b>Caixa líquido das atividades operacionais</b> | <b>(3.461)</b>  | <b>2.642</b>    |

## NOTA 24 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

### 24.1 - Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros da empresa, constantes nas contas do ativo e do passivo encontram-se atualizados na forma reconhecida até 31 de dezembro de 2018 e estão representados substancialmente por: (a) Disponibilidades, (b) Depósitos Especiais, (c) Valores a Receber em Curto e Longo prazo, (d) Bens Imóveis disponíveis para venda, (e) Valores a Receber da Prefeitura Municipal de Guarulhos, (f) Obrigações Sociais e Trabalhistas (g) Contingências Passivas, (h) Outros Valores Exigíveis a Curto e Longo Prazos.

### 24.2 - Eventos Subsequentes

Os registros contábeis e as operações da empresa estão sujeitos aos exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante os prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação específica aplicável a cada espécie de tributo.

**Guarulhos, 31 de dezembro de 2018.**

**Rafael Tatsui Inazawa**  
Contador - CRC-SP 163.996/O-2

**Alzira Leite**  
Diretor Administrativo Financeiro

**Francisco José Carone Garcia**  
Diretor Presidente